

Procedimento do GDF ainda não está definido

Até o momento, o Governo do Distrito Federal não definiu se forma uma comissão para estudar a privatização das empresas do GDF, uma vez que o decreto nº 86.215, de 18 de julho de 1981, da Presidência da República, ainda não foi regulamentado. A informação é da secretaria de governo do DF.

"Não sabemos ainda como procederá o Governo do Distrito Federal, com respeito à desestatização de empresas vinculadas ao GDF. Pode ser criada uma comissão para estudar, junto com a Seplan, as empresas que poderiam ser privatizadas em Brasília, — se for do interesse do GDF a transferência de empresas estatais para mãos de particulares", explicou o coordenador de Comunicação Social do GDF, Marcus Vinicius Bucar Nunes.

GRAFICOS

"Ainda não temos conhecimento de como irá proceder a subcomissão, criada pela Comissão de Desestatização, da Seplan, designada para fazer o levantamento do número de gráficas existentes no setor público, em Brasília, e proceder à sua privatização, se for o caso. O decreto presidencial abrange apenas as empresas com caráter jurídico, o que não acontece com as gráficas de Brasília, que são, em sua maioria, departamentos dos ministérios e secretarias de Governo", afirma o presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas de Brasília, Hilton Pinheiro Mendes.

"Dos ministérios, apenas o da Indústria e do Comércio não dispõe de um departamento gráfico, a concorrer com as gráficas particulares", acrescenta Hilton. Já constituiu um grande passo, no sentido da desestatização no setor, o decreto 5.145 do governador



Roberto Jayme

O processo de privatização de empresas por parte do GDF, entre elas as gráficas, continua sem uma definição.

E intenção do governo criar uma comissão para estudar o assunto

Aimé Lamaison, de 13 de março do ano passado, proibindo a criação de novas unidades de artes gráficas, nos órgãos e entidades da Administração do Distrito Federal", acentua.

TRANSFERENCIA

"Necessitamos, agora, que o governador, pioneiro em privatização, no Brasil, crie uma comissão, para estudar o enquadramento desses departamentos, no decreto de privatização do Governo Federal, com vistas a transferir para as empresas privadas, os equi-

pamentos e maquinários, das gráficas públicas, que vêm concorrendo com as empresas particulares", enfatiza o empresário.

"Dependendo das condições de venda, preço e prazo, os empresários do setor têm condições de assumir as gráficas a serem privatizadas. Só não dispõem de meios para assumir, integralmente, o pessoal dessas empresas, pois temos conhecimento que muitos desses departamentos gráficos, são verdadeiros cabides de emprego. Temos, porém, condições de as-

sumir o pessoal eminentemente técnico, que trabalha nesses órgãos", explica o líder sindical.

Para falar sobre "estatização das artes gráficas", o presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas de Brasília, Hilton Pinheiro Mendes, participará, do 8º Congresso Latino-Americano de Artes Gráficas, em Cartagena, na Colômbia, a 13 de outubro próximo e do 2º Congresso Mundial de Impresores, em São Francisco da Califórnia, entre os dias 19 e 23 do mesmo mês.